FOLHETO
Nº 046
DATA 23/11/02

OCTAVIO MEIRA

PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

NOTAS BIOGRÁFICAS

2.ª Edição

JOSÉ AUGUSTO MEIRA DANTAS

BELÉM - PARÁ

1973

OCTAVIO MEIRA
PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Com as lembranças
do
Octavio Meira

Belém 31.10.1975

NOTAS BIOGRÁFICAS

2.a Edição

JOSÉ AUGUSTO MEIRA DANTAS

"Dói-me tanto, Senhor, ser olvidado
Mil versos, infundi-me, sonorosos
com que meu nome seja eternizado!"

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Belém - Pará

FOLHETO
Nº 046
DATA 21/11/02

NOTAS BIOGRÁFICAS

JOSÉ AUGUSTO MEIRA DANTAS — Nasceu na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte (então província), no dia 11 de dezembro de 1873. Celebra-se este ano o seu primeiro centenário. Seu pai, dr. Olinto José Meira, nascido na província da Paraíba, filho de José Bento Meira de Vasconcelos, cirurgião, e de sua esposa, fora presidente da província do Pará e do Rio Grande do Norte, tendo realizado nesta última função importantes obras públicas, como o Palácio dos Presidentes, que mesmo agora serve aos governadores, e a estrada de ferro que liga Mossoró a São Francisco, ainda hoje não concluída. Sua mãe foi filha única do major Miguel Ribeiro Dantas, senhor de vastas terras e gado e de engenhos de açúcar no vale do Ceará-Mirim. Era o dr. Olinto José Meira, viúvo. Tivera de seu casamento anterior dois filhos: o dr. Francisco de Sales Meira e Sá eminente homem público brasileiro, que foi juiz de direito em Ceará-Mirim, desembargador em Natal, senador da República pelo Rio Grande do Norte e no fim juiz federal em Natal, e Ana Meira e Sá de Carvalho, esposa do sr. Antonio Carvalho, fazendeiro em Santana de Matos e dono de grandes terras em todo o Estado. Ao deixar o governo da província do Rio Grande do Norte desejou iniciar uma vida agrícola, tal como faziam os romanos na república. Casou-se com d. Maria Generosa Ribeiro Dantas, que pelo casamento passou a usar o nome de Maria Generosa Meira Ribeiro Dantas, e ficou a dirigir o engenho Jericó, que ele mesmo fundara, comprando as máquinas e demais equipamentos, que fez instalar em propriedade visinha à do sogro, e que este dera aos noivos como presente de casamento.

No momento em que foram inauguradas as máquinas e instalado o engenho, o padre que fez o ritual perguntou qual o nome da propriedade. Meu avô conservara o nome antigo pelo qual eram conhecidas as terras: "Olho d'Água". O sacerdote disse que se deveria dar o nome bíblico de "Jericó", porquanto estava-se formando

uma nova família que haveria de prosperar como a velha Jericó, no passado. Meu avô, extremamente religioso aceitou a indicação e assim apareceu a nova propriedade como sugerira o padre : "Jericó".

Desse matrimônio nasceram quatro filhos: o primeiro, o nosso biografado, que tomou o nome de José em homenagem ao avô paterno José Bento Meira de Vasconcelos; Miguel, nome do avô materno; Maria Veronica e Otinto. Chegando os anos de estudos havia o sério problema de não haver escolas, ao menos nas proximidades do engenho. Seu pai, que era latinista e lia grego no original, grande cultura, espírito brilhantíssimo e que exercera já grandes cargos no Império, como deputado à Assembléia Geral do Rio de Janeiro, afora a presidência das províncias já referidas e a chefia de polícia do Pará, tomou a seu próprio cargo o ensino do filho, que era o mais velho de suas segundas núpcias. Escreveu ele mesmo uma cartilha uma gramática e uma aritmética, e passou a dirigir o curso primário do filho. Fê-lo todo, tendo seu pai como único professor.

Quando chegou a época de fazer o curso ginasial, tudo continuou como antes. Nunca meu pai teve outro professor, até entrar para a Faculdade de Direito, que não fosse o seu próprio pai. Estudava com os livros que seu pai comprara, quase todos eles vindo do estrangeiro, a gramática, a aritmética, a álgebra, a história natural e a história do Brasil, a química e tudo mais que constasse do curso ginasial. Todos os anos ia de Ceará-Mirim a Natal, de cavalo, em companhia do pai, fazer os exames finais no liceu norte-riograndense, e assim tirar os preparatórios como então se chamavam as matérias integrantes da fase intermediária entre o curso primário e o curso superior. Muitas e muitas vezes fazia um só exame, e, assim, sòmente aos 21 anos de idade, pôde entrar para a Academia de Recife.

Foi o melhor aluno de seu tempo. Afirmava-o Clementino Lisbôa, seu contemporâneo de Academia. Estudava com afinco e assim fez uma sólida cultura em história, em filosofia, em direito e de tal modo se houve em todo o curso que ganhou o prêmio de viagem à Europa que se concedia, ao melhor estudante.

Terminado o curso José Augusto Meira Dantas se pôs a refletir. Iria para o engenho ajudar o pai, envelhecido e cansado, ou seguiria o seu próprio caminho ? Resolveu voltar ao engenho, tantas e tão grandes eram as afinidades que o ligavam ao pai.

Tomou a direção do engenho Diamante, pois seu avô Miguel Ribeiro Dantas havia falecido e sua avó não tinha forças para levar

a bom termo a tarefa de prosseguir. Plantou todo o engenho, limpou as canas até o fim da safra. Tomou dinheiro emprestado ao fornecedor de Natal, e no fim de tudo, voltou para a liquidação de suas contas com ele: comprara todo o açúcar produzido, mas debitara o jovem senhor de engenho por todas as despesas de fornecimento feitas: no final ficara a dever um cruzado! Pagou seu saldo devedor e decidiu deixar o engenho e seguir para o Rio de Janeiro. Formado em 1899, vindo para o Diamante durante o ano de 1900, sem êxito em sua tarefa, partiu em 1901 para a cidade que a todos encantava: o Rio de Janeiro.

Obteve sem grandes dificuldades um cargo de delegado de polícia, e serviu junto ao chefe de policia de então, dr. Muniz Barreto, a quem caberia a honra de pertencer ao Supremo Tribunal Federal, anos depois. Houve um mal entendido entre ambos, a propósito de uma greve nas Fábricas Bangú. Augusto Meira, como delegado, levara as coisas a bom termo e os trabalhadores voltaram ao trabalho. Havia os **reporters** que a tudo assistiam e quando o chefe de polícia recebeu o telegrama de seu delegado comunicando que tudo acabara, já lêra nos jornais a notícia dos acontecimentos.

Augusto Meira pediu a sua exoneração. O Chefe de polícia, um pouco mais calmo, perguntou-lhe mesmo se era seu desejo pedir dispensa do cargo. Meu pai disse que sim. O pedido foi então aceito.

Desde esse momento não mais foi possível obter outro cargo. As economias foram desaparecendo e meu pai decidiu vir para o Pará. Com uma carta do deputado Hosanah Oliveira, veio ao governador Augusto Montenegro, que tinha quase a sua idade. Foi nomeado promotor público de Santarém, função que elevou e dignificou. Ali conheceu minha mãe, Anésia Pinto Bastos, filha do comerciante Joaquim Lopes Bastos nascido em Portugal, em Cabeceira de Basto e de sua mulher d. Theodolinda Pinto Bastos, filha do Barão de Santarém, a maior expressão política local ao tempo da aristocracia rural. Casaram-se a 21 de janeiro de 1905 e logo meu pai foi removido, ainda pelo governador Augusto Montenegro para a terceira promotoria pública da capital, na vaga de Farias Brito.

Ainda quando estava em Santarém travou-se uma polêmica entre Augusto Meira e Monsenhor Mancio Ribeiro. Monsenhor Mancio era figura respeitada na terra, filho de Bragança, ligado à familia Ribeiro que dera Thomás Ribeiro, desembargador e chefe de polícia do governador Montenegro e outras eminentes figuras.

Nessa polêmica, que se travara por iniciativa de Monsenhor Mancio, Augusto Meira levara a melhor. Tratava-se de um promotor do interior, inteiramente desconhecido na capital: parecia a Monsenhor que poderia derrubá-lo de uma só vez. Ganhou nome Augusto Meira com essa polêmica, a mais famosa do começo do século, e ficou desde logo comentado em todas as rodas intelectuais da terra. Publicou dois anos depois em um volume "EIS O LIVRO", todos os artigos dessa discussão, inclusive um último que não fora estampado na imprensa porque Monsenhor Mancio se retirara da luta. Foi a primeira obra escrita no Pará pelo nosso biografado. Escrevera no "JORNAL DO COMÉRCIO', dirigido pelo professor Arthur Viana, a quem dedicou o livro.

Em 1907 chegou o prêmio da viagem à Europa, que ganhara como estudante na Academia de Recife. Dezoito mil francos, para essa excursão: meu pai e minha mãe, minha irmã Decelia e meu irmão Olavo, que veio a falecer alguns meses depois, em Belém. Foram morar num apartamento no Boulevard Malhesherbes, 12, onde hoje fica o Hotel Flórida. Visitaram Portugal, França, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Alemanha, Áustria e Itália. No Havre, seis meses depois, quando se preparavam para voltar, meu pai escreveu este lindo soneto :

AVE PÁTRIA !

Andei, segui, corri do mundo inteiro
o que há de mais belo e mais esplendoroso,
Vi o Tejo e Paris, o Tamisa lutuoso,
Bruxelas e Berlim de porte sobranceiro.

E longe, o Danúbio azul, vi altaneiro
De Viena o perfil... sombrio e montuoso
O Tyrol e a rolar pelo campo ubertoso
De Verona, o Adige, o alpino nevoeiro.

Vi Genova e Milão e vi Pizza e vi Roma
Brescia, Pádua, Florença e Veneza que assoma
Boiando a resplender sobre a tona do mar !

— Nada vi, oh Brasil, oh terra de minh'alma !
Que possa disputar-te da grandeza a palma
Tudo junto talvez, nem te possa igualar !

Em 1908 fez seu concurso para a Faculdade Livre de Direito do Pará, como professor substituto de direito criminal. Obteve aprovação, sendo sua tese sobre "Delinqüência e Responsabilidade", uma das questões propostas pela banca examinadora. Foi empossado no cargo a 11 de julho do mesmo ano e a 8 de maio de 1911 foi promovido a professor catedrático de Direito Criminal.

Passou a advogar, desde quando foi exonerado pelo governador João Coelho, por solicitação do sub-procurador geral do Estado, desembargador Cunha Barreto a 10 de março de 1912.

Foi deputado estadual desde 1912 a 1914; de 1918 a 1920; de 1921 a 1923; de 1925 a 1926; de 1927 a 1928, e finalmente, no período interrompido pela revolução de 1930, que se iniciara precisamente em 1929.

Operosa foi a sua atuação como deputado estadual. Apresentou inúmeros projetos de lei da mais alta relevância. Basta se referir ao projeto que criava a "Ordem de Garantia", como sucedâneo de habeas corpus para a defesa dos direitos pessoais, considerada como uma das atividades pioneiras nesse assunto. Nessa altura o processo era de competência dos Estados e os historiadores do mandado de segurança apontam Augusto Meira como um dos elementos mais avançados nesse assunto.

Outro projeto que apresentou, no ano de 1913 foi o que proibia aos promotores apelar das decisões do Júri quanto a dissonância do julgado contra a prova dos autos, permitindo-lhes solicitar no ato da decisão pelo Júri um novo julgamento. Mandava também pôr em liberdade todos os réus absolvidos pelo Júri que tivessem seus processos no Tribunal de Justiça dependendo pelo menos há oito meses de julgamento. Com a nova lei, aprovada pelo Congresso do Estado por unanimidade, foram postos em liberdade mais de 200 acusados, absolvidos, e que tinham seus processos há mais de oito meses dependendo de julgamento. Os acusados soltos mandaram rezar missa em ação de graças, e, depois disso, foram à residência do deputado Augusto Meira testemunhar-lhe os seus agradecimentos, e levando-lhe de presente um belo tinteiro de basalto, com bases de bronze, que a família conserva até hoje.

Como professor de direito, por mais de quarenta anos, ensinou todas as matérias que integravam o curso da Faculdade de Direito, inclusive a Medicina Legal.

Examinou em dois concursos fora do Pará: Recife, na sua tradicional Academia, e em Fortaleza.

Exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito do Pará, durante o govêrno do coronel Magalhães Barata, de 1943 a 1945.

Em 1930 deixou de fazer parte de qualquer partido político. Seguiu para o Rio Grande do Norte, onde foi rever a terra em que nascera, o seu velho Diamante, que ainda hoje pertence à família, e onde irá ser rezada missa em ação de graça na data do centenário de Augusto Meira, no lugar onde nascera.

Em 1946, sendo Interventor federal do Estado do Pará o seu filho professor Octavio Augusto de Bastos Meira, foi votada a Constituição Federal e nela se consignara mais um senador para cada Estado. Os maiores do Partido Social Democrático, como sendo o general Magalhães Barata, o seu chefe, senador Alvaro Adolfo, deputado Lameira Bittencourt, Deputado Moura Carvalho, reuniram e resolveram oferecer ao Interventor Federal essa altíssima função na República.

O Interventor Federal professor Octavio Augusto de Bastos Meira resolveu não aceitar a investidura mas aproveitou a oportunidade para indicar aos seus correligionários o nome de seu pai, José Augusto Meira Dantas, para essa função. A indicação foi aceita por unanimidade e nessa ocasião Augusto Meira se encontrava em Ceará-Mirim. Seu filho telegrafou-lhe dando-lhe conhecimento do fato, que muito o surpreendeu. Augusto Meira tinha nessa ocasião 73 anos de idade, mas era vigoroso como um jovem. Aceitou e veio logo para o Pará, onde foi aclamado pela Convenção do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO e em seguida eleito.

O Pará teve na verdade um grande senador. Começou pelo batismo de fogo da extinção do mandato do senador comunista Luiz Carlos Prestes e dos deputados do mesmo partido. Fez parte de Comissão do PSD de cinco membros, Intitulada pela Imprensa como a comissão dos cinco sábios, que deu seu parecer sobre a possibilidade ou impossibilidade da extinção dos mandatos. O parecer foi de Augusto Meira, longo, examinando todas as hipóteses e concluindo pela extinção do mandato, uma vez que uma reforma constitucional havia modificado o texto antigo, proibindo que se candidatassem ao cargo eletivo membros de partidos que atentassem contra a pluralização das atividades partidárias e desejassem pôr fim ao regime democrático. Esse parecer está estampado em um fascículo denominado "Extinção de Mandato". Foi a idéia vitoriosa e assim pôde o Congresso Nacional ficar livre dos elementos que antes integravam o Partido Comunista, proscrito pela constituição.

Proferiu inúmeros discursos contra a Hiléa Amazônica, que se procurava estabelecer no Brasil, através de um convênio internacional, que a tornaria sujeita a comissões estrangeiras. Ele no Senado da República e Arthur Bernardes na Câmara Federal, foram as vozes que se levantaram primeiro contra tal ordem de coisas.

Fez no Senado discursos contra a imigração estrangeira, para a qual se votaram verbas extraordinárias, estando a população brasileira do nordeste, abandonada e reduzida à mais baixa situação.

Apresentou emenda vencedora no projeto emanado do Executivo que dispunha sobre o ensino superior no país, federalizando a nossa velha Faculdade de Direito, que passou a ser regida pela diretoria do Ensino Superior.

Promoveu ao registro da Escola de Engenharia do Pará, mediante um projeto de lei aprovado por ambas as casas do Congresso. Nos anais do Senado está a sua voz, sempre brasileira e nacionalista, em favor do Brasil. Por isso combateu o acordo militar com os Estados Unidos em diversos discursos.

Deixando de ser senador passou à Câmara dos Deputados. Era um homem forte. Falava como se fosse um moço de vinte anos, com idéias simples e generosas, firme em seus propósitos e convencido de dizer o que sentia. Na Câmara dos Deputados continuou com a mesma atuação representando excelentemente o Estado do Pará, do qual não era filho, mas pelo qual sentia o mesmo amor dos que aqui nasceram, já que aqui viveu quase toda a sua vida, e daqui era sua esposa e foram seus nove filhos, todos vivos ainda.

Em 1955 terminou o seu mandato de deputado. Tinha ele 82 anos de idade e sentia que muito podia ainda fazer pelo Brasil. Continuou como antes, a exercer o seu papel na imprensa. Escrevia artigos no JORNAL DO BRASIL, no JORNAL DO COMÉRCIO, do Rio de Janeiro, onde continuou a morar por alguns anos e no jornal FOLHA DO NORTE, de Belém do Pará.

Seu papel foi salientíssimo na luta contra o govêrno João Goulart. Escrevia todos os dias contra a atuação de nosso presisidente, chamando a atenção de todos para os caminhos que cedo teríamos de trilhar. E quem lesse esses artigos e não conhecesse, de fato, quem os assinava, teria a impressão de estar à frente de um moço, cheio de todo o vigor.

No dia em que faleceu, às 10,30 da noite, ninguém suspeitaria de que o gigante estaria em retirada. Despedimo-nos todos dele.

Todas as noites, e de dia também, vivíamos sempre à sua vista. Nós, seus filhos e noras, netos e até bisnetos. Isso em torno das dez horas. Moramos todos em torno de sua própria casa. O mais distantes duas quadras.

Ele havia escrito nesse dia, isto é, a 21 de março de 1964, dias antes da Revolução salvadora, um artigo violento contra João Goulart. Tinha já 90 anos feitos, e sua pena tinha o mesmo ardor dos tempos velhos. Um colapso cardíaco o matou, sem sustos, sem tempo para fazer nada, sem a leve possibilidade de um socorro de urgência. Estava morto, tendo a seu lado minha irmã Dioris, sua companheira de todos os dias e sua secretária e o primo Jorge de Paiva Meira, que estava há alguns dias em Belém, morando em sua casa. Pelo telefone vieram o Clovis, médico, que o encontrou morto, o Cécil, o Augusto, o Sílvio, o Ruy, Eynar e seu marido, ainda estavam na calçada rumo ao automóvel, quando foram chamados com urgência. Eu me achava em convalescença de grave enfermidade e vieram Cécil e Augusto, com muito tato me avisar. Eu, logo que os vi em casa às 11 horas da noite pude logo sentir o desastre e quando procuravam contornar o assunto, eu lhes disse logo, que meu pai havia morrido, e eles o confirmaram.

Assim mesmo fui a máquina de escrever e fiz o necrológio de meu velho pai em duas vias para os jornais a PROVÍNCIA DO PARÁ e para a FOLHA DO NORTE. No dia seguinte lia-se na FOLHA DO NORTE a notícia da morte do velho mestre de tantas gerações e no lugar de sempre, na primeira página o seu artigo. Escrevera-o, repetimos, no próprio dia de sua morte. Faleceu a 21 de março de 1964.

Sendo um homem de cultura polimorfa, que brilhou sempre que teve de mostrar a sua inteligência, no entretanto, foi na poesia que ele se mostrou em toda a sua plenitude.

Fazendo versos desde muito cedo, em PHALENAS E NENUFARES, até ALMA DAS HORAS, seu último livro, publicado posthumamente, ele revelou a beleza de seus versos e de sua alma patriótica no grande poema BRASILEIS, publicado pela primeira vez, em fascículos, em 1922, como homenagem ao centenário de nossa Independência.

Sua poesia revela um autor triste. Nunca se encontrará um soneto, uma quadra, um simples verso que demonstre a alegria como deveria ser encontrada a vida.

No seu soneto DOLOR, (Corimbos, página 153), representa bem a melancolia, o pessimismo que vai em sua musa :

DOLOR

Oh, que estranho viver, o meu viver maldito !
Nem ao menos dormir ! descançar um momento !
Que noites sem luar! que fundo sofrimento
Me rala o coração dolente de proscrito.

Um astro, nem sequer, no páramo infinito !
Paira em tudo um feral monótono memento !.
Que agonias letais nesse arquejar do vento,
Soluçando, revel, um merencório rito !

E, como vai ficar em tudo isto um deserto,
Ingrato e merencório, decalvado, aberto,
Mordido pelo sol, como uma chama acesa !...

Tanto pode p'ra mim a tua ausência, tanto
dói, querida, viver sem teu olhar tão santo,
Tanto veste-me, em luto, a vida essa tristeza...

Tudo que ele produziu em matéria de versos, traduz o seu inconformismo, a sua reação contra a ordem geral das coisas.

BRASILEIS, no entanto, tendo uma profunda tristeza íntima do seu autor, sendo um poema épico que canta em suas páginas o milagre da existência de nosso país, suas lutas, a formação de toda a nacionalidade através de quatro séculos de história, teria de se tornar objetivamente um paciente trabalho de estudo, de observação, e de análise dos fatores que chegaram a produzir essa nação magnífica dos nossos dias. Mas, apesar de objetivamente chegar-se a esse resultado, subjetivamente estará a sempre constante tristeza do autor a modelar suas estrofes, traçando-as dentro da mesma linha em que aparecem os demais versos. Veja-se, por exemplo, esta estrofe :

Troncos, raizes e cipós floridos,
Quem sabe? Dentro em vós atormentados,
Vivem talvez, dormitam constrangidos
seres divinos e entes encantados !
Frondes, folhagens, braços retorcidos,
Rolando pelo chão exulcerados,
Quem negara que uma alma contrafeita
A alma humana vos irmana e estreita ?

O BRASILEIS levou alguns anos até ser terminado. Meu pai escrevia com a sua letra difícil e minha mãe copiava em pequenos cadernos as estrofes escritas. Tive o trabalho de passar à máquina duas vezes o resultado desse trabalho. Tinha 13 anos quando essa tarefa me tocou. Meu pai comprara uma pequena máquina HAMOND e me entregara. Aprendi a escrever nessa própria máquina, sem professor. Copiava em pedaço de cadernos de papel, três estrofes em cada página. Meu pai riscava à vontade e depois de tudo emendado passava outra vez a mim e eu fazia a segunda cópia. O prefácio traz a data de 27 de julho de 1923, mas a obra ficara pronta desde o ano anterior. Fez-se a impressão em pequenos fascículos, contendo, cada um deles, dois cantos. Mais tarde, sendo comandante da 8a. Região Militar o general Meira de Vasconcelos, primo de meu pai, visitando-nos, conheceu o poema. Encheu-se de entusiasmo e levou consigo os fascículos que continham os cantos e conseguiu do eminente presidente Getulio Vargas, que mandasse fazer uma edição global da obra. Saiu, assim, em 1941 a edição nacional de BRASILEIS, distribuída, principalmente, pelas forças armadas. Mais tarde meu pai fez editar novamente, no Rio de Janeiro, o seu trabalho, em edição que se acha esgotada, e que foi toda distribuida por pessoas eminentes do país. Sobre a publicação dessa segunda edição nacional LEVY CARNEIRO fez um longo comentário na Academia Brasileira de Letras, elogiando esse trabalho, havendo o JORNAL DO COMÉRCIO publicado essa brilhante exposição do eminente jurista brasileiro

Augusto Meira fez publicar as seguintes obras :

Alcyones — versos
Phalensa e Nenuphares — versos
Secreto Esplendor — versos
Alma das Horas — versos
Caminho da Glória — versos
Auréolas — versos
Lírios e verbenas — versos

BRASILEIS — poema épico nacional
In Memoriam — homenagem à memória de Farias Brito
Discurso — proferido na sessão magna promovida pelo governador Lauro Sodré, em homenagem à Farias de Brito
Discurso — proferido na colação de grau da turma de 1912, na Faculdade de Direito

in Memoriam — o Caso Torres

Os casos dos habeas corpus e autonomia municipal

Operariado nacional e os novos Calabares

Impostos interestaduais

Educação Nacional e Psicologia da Grande Guerra

Ruy Barbosa e Rio Branco

Estela votiva a Ruy Barbosa

Extinção de mandatos, imperativo constitucional

Autonomia Acreana, Discursos — proferidos no Senado da República em homenagem aos centenários de Ruy Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Meira de Vasconcelos.

Discurso — proferidos no Senado da República, sôbre o porto de Santarém.

Exploração de Petróleo e Acordo Militar

Pro aris et focis — estesia gráfica e jurídica

Estesia Filológica

Na selva Selvagem

Delinquência e Responsabilidade

Pirina — sátiras

Discurso — proferido por ocasião da inauguração do novo salão do Júri de Belém.

Discurso — proferido na colação dos bachareis de 1910

Tirania dos Erros

Feliz Lusitânia — discursos proferidos no Senado da República contra o Instituto da Hiléia, em 1949.

Libertas Superest — questões de livre arbitrio e determinismo.

Eis o Livro — livro de polêmica

Uma existência fecunda e nobre. Celebra-se este ano o centenário de JOSÉ AUGUSTO MEIRA DANTAS, homem a quem o Pará, o Rio Grande do Norte e todo o Brasil, ficaram a dever assinalados serviços.

Morreu pobre, como sempre viveu, mas pôde elevar seu pensamento a Deus na hora do ajuste final, apresentando o saldo de uma vida limpa e vivida inteiramente dedicada aos interesses da pátria e da família, sem qualquer desfalecimento.

Começou a fazer versos aos 14 anos! Tinha uma premonição absoluta quanto a seu destino. Preocupava-o o futuro, os resultados da vida, a tarefa que teria de realizar nos anos que viessem, por isso mesmo fez os seguintes versos, em plena adolescência, que sempre repetia nos anos que vieram depois :

"Dói-me tanto, Senhor ser olvidado
Mil versos, infundi-me, sonorosos
com que meu nome seja eternizado !

* * *

No prologo de seu último livro de versos "Alma das Horas" deixou bem claro o seu íntimo pensar, quando escreveu : -

"Em meu espírito, parece que duas fôrças se contrapõem. Há, de um lado, um sentimento de entusiasmo e ótimismo, e, de outro lado, um profundo sentimento, muito dolorido, que me avassalam o coração. Sempre tive um pendor particular às cogitações de ordem filosófica e sempre me preocupou a possível explicação da razão de ser das coisas, do mundo em que vivemos e da grandeza universal. Meus Pais e Avós eram católicos e a fé sempre foi firme em seus corações. Meu pai era um pensador, homem de letras, afeiçoado a tudo o que diz respeito ao bem público. Foi êle o maior inspirador dos meus sentimentos e da alta vontade de grandeza intelectual. Minha mãe era piedosa e me ensinou as primeiras orações, que ainda hoje repito com emoção. Meu avô materno era um homem cavalheresco, de inteligência natural e tinha ademanes principescos de um cavalheiro medieval. Ninguém montou com mais ufanía tão belos cavalos. A minha Avó era indefinível no seu equilíbrio, na sua bondade, na sua energia tranquila, no seu labor quotidiano. Era extremamente piedosa e quando a conheci, já em idade avançada, se mostrava extremamente religiosa. Muitas vêzes a vi no seu santuário a rezar e fazia daquele recanto o que alguém possa fazer do seu gabinete de trabalho. Cresci neste ambiente, mas, com o andar dos tempos, principalmente depois que entrei para a Academia, o meu espírito de indagação fez acrescerem dúvidas, que já dominavam na adolescência. O problema do **existir** se me tornou uma preocupação. Os meus primeiros anos passei-os no campo, assistindo aos serviços da lavoura, tão cheia de encantamento e de amargas decepções. A casa em que morava, no sítio

Jericó, tinha a frente voltada para o sul, olhando o vale, com seus canaviais e arvoredos. O movimento principal se fazia pela porta do poente e era impossível deixar de ver, todas as tardes, o pôr do sol no verão ou no inverno, no verão abrasado e melancólico, e nas aproximações do inverno, cheio de nuvens altas como montanhas, rasgadas pelos raios, que assinalavam as chuvas do sertão. Bandos de negros urumarás, ao anoitecer, passavam cantando e, assim, através dos anos, uma nota de melancolia predominou em meu espírito. Visitava sempre a casa de meus Avós, no Diamante, onde costumava fazer leituras a minha Avó. O aspécto era outro. A casa era voltada para o nascente. Só veria o pôr do sol quem tivesse o propósito de assim fazê-lo. A visão constante era tôda matinal. O sol nascia maravilhoso e o sentimento de alegria avassalava tudo. Daí, talvez, a onda de otimismo que, muitas vezes, prevalece em meu espírito e me domina o coração. Tive, afinal, de deixar tudo isso e levar a efeito a minha formatura, que se me tornou um desejo veemente desde a infância. Uma vez formado, cogitei de continuar a minha vida intelectual. Deixei tudo. Procurei o Rio de Janeiro e, dali, no meio de invencíveis dificuldades, um amigo, deputado Hosana de Oliveira, me fez vir ao Pará, onde, em tempos, estivera meu pai, como Chefe de Polícia e Presidente da Província, no tempo do Império. Naquela ocasião, êle se afeiçoou grandemente ao dr. Joaquim Freitas, educador e ao então bispo do Pará, dom Antonio de Macedo Costa, a quem êle chamava de Príncipe, ao dr. Ferreira Cantão e ao dr. Assis. Nomeado, no terceiro dia de minha chegada ao Pará, promotor da cidade de Santarém, mais tarde ali casei e fui transferido para Belém, em substituição ao Dr. Farias Brito, que mudara para o Rio de Janeiro. Viajei à Europa e, de volta, mediante concurso, me fiz professor da Faculdade de Direito, em 1908, onde lecionei durante trinta e sete anos, sem uma licença qualquer e, mesmo, sem gozar das licenças prêmio, que se me ofereciam. Tive, por vários anos, de volver ao Rio Grande do Norte, e cuidar de interêsses que tinham sido abandonados. Afinal, eleito Senador, volvi ao Rio, cidade que, desde a primeira vez amei profundamente. Vivi, assim, de uma saudade a outra saudade e daí a nota melancólica que domina os meus versos. O meu casamento foi a razão da minha primeira felicidade e, por isso mesmo, a perda de minha Espôsa, após cinquenta e um anos de convivência, se me transformou em doloroso martírio. A minha alma amorosa, sempre inclinada à pureza do amor inefável, ficou como uma avezinha a solicitar um pouso, um frágil raminho onde pudesse descansar as asas fatigadas. Um sonho me encheu o coração, mas,

na minha idade, êsse sonho, se, por um lado, se fez ventura, por outro vai transformando em pungente desesperação. "ALMA DAS HORAS", será um testemunho disso e, parece ao menos para mim, que a alma dessas horas se perpetuará nos cantos dêste volume, que entrego a todas as certezas e incertezas do futuro, entrego às almas benditas que me possam querer e me possam amar.

Belém, 18 de junho de 1963".

Augusto Meira

* * *

Deixou os seguintes filhos, todos paraenses, nascidos de sua esposa, d. Anésia de Bastos Meira:

Decelia Meira Dillon, casada com o sr. Discórides Villar Dillon, alto funcionário da Companhia Costeira de Navegação.

Professor Octavio Augusto de Bastos Meira, que exerceu no Pará as seguintes funções: inspetor escolar do Município de Belém; promotor público da capital; deputado à Constituinte estadual em 1934 e depois deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Pará; professor livre docente da Faculdade de Direito do Pará e em 1935, professor catedrático da mesma Faculdade; procurador geral da Fazenda Municipal de Belém; prefeito de Belém; Interventor Federal no Estado do Pará; presidente do Banco de Crédito da Borracha S/A, que transformou em Banco de Crédito da Amazônia S/A, durante o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra; presidente do Banco do Estado do Pará S/A. É membro da Academia Nacional de Direito, e advogado militante.

Eynar Meira Bitar, casada com o professor Orlando Chicre Miguel Bitar, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, e membro do Conselho Estadual de Cultura.

Dioris Angelica de Bastos Meira, solteira, e que foi secretária de seu pai.

Prof. Cécil Augusto de Bastos Meira, professor de lingua portuguesa, mediante concurso, no Ginásio Paes de Carvalho, professor mediante concurso, de Processo Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará e membro do colegiado da antiga Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, hoje SUDAM, membro da Academia Paraense de Letras.

Dr. Augusto Ebremar de Bastos Meira, engenheiro civil, antigo diretor do Departamento de Águas do Estado do Pará, presidente do Conselho Estadual de Estradas de Rodagem, presidente do Conselho Municipal de Estradas de Rodagem, engenheiro do Banco da Amazônia S/A, Presidente da Câmara de Vereadores de Belém, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Professor Clovis Olyntho de Bastos Meira, médico, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, mediante concurso, diretor da Legião Brasileira de Assistência, médico do IPASE, antigo diretor do Serviço de Pronto Socorro da Prefeitura Municipal de Belém.

Professor Silvio Augusto de Bastos Meira, advogado, procurador da Prefeitura Municipal de Belém, professor mediante concurso de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, deputado estadual por várias legislaturas, diretor da Junta Comercial do Pará, membro do Conselho Estadual de Cultura e também do Conselho Federal de Cultura, orador da sua turma na Escola Superior de Guerra, que cursou, consultor geral do Estado do Pará, membro da Academia Paraense de Letras.

Dr. Ruy Augusto de Bastos Meira, engenheiro civil, notável por suas realizações nesse setor, e ainda afamado pintor local, onde tem vencido inúmeros prêmios em exposições. Já exibiu sua arte na Bienal de São Paulo, e fez vitoriosa exposição de sua pintura no Rio de Janeiro.

Desses filhos nasceram os seguintes netos: Filhos de Octavio Augusto de Bastos Meira e de sua esposa, d. Maria Irene de Souza Meira, Paulo Rubio de Sousa Meira, casado com Lúcia Candida de Azevedo Meira, bacharel em direito, professor da Faculdade de Direito e Procurador Regional da República no Pará; e que tem os seguintes filhos :- Octavio Augusto de Azevedo Meira, Paulo Augusto de Azevedo Meira e Claudio Augusto de Azevedo Meira, e Alcyr Boris de Souza Meira, engenheiro civil e arquiteto, professor da Escola de Arquitetura e assessor do Magnífico Reitor da Universidade do Pará, casado com d. Francy Brasil Meira, com quem tem dois filhos: Cesar Augusto Brasil Meira, que está no Colégio da Universidade Federal do Pará e Andréa Brasil Meira, que está no curso primário.

De d. Eynar de Bastos Meira Bitar e de seu primeiro marido sr. Adherbal Serra Pinto Matos, um único filho, o sr. Adherbal Meira Mattos, bacharel em direito, diretor do Centro Socio-Econômico da

do Pará, casado com d. Helena Marinho de Matos, com quem tem os seguintes filhos : - Bruno Marinho de Matos, que está no Colégio da Universidade Federal do Pará, Marcelo Marinho de Matos, Renato Marinho de Matos e Brenda Marinho de Matos, que estudam no curso primário da Universidade.

Filhos de Cecil Augusto de Bastos Meira e de sua esposa, d. Maria Helena Coelho de Souza Meira: Luís Roberto Coelho de Souza Meira, quartoanista de direito e Eduardo Coelho de Souza Meira, que faz o curso colegial.

Filhos de Augusto Ebremar de Bastos Meira, casado com d. Maria de Lourdes Freitas de Meira, os seguintes filhos: Nelson Freitas de Meira, casado com d. Maria Helena Matos Meira, e que tem dois filhos: Renata e Ricardo, menores, funcionário do Banco do Estado do Pará e estudante na Faculdade de Direito; Maria Cristina Meira Leite, casada com o sr. Luiz Paulo da Costa Leite, alto funcionário da Companhia Souza Cruz Industria e Comércio, e que tem os filhos: Breno e Bruno, menores; Regina de Nazareth, Freitas de Meira, solteira; Wilson Augusto Freitas de Meira, engenheiro civil, funcionário do Departamento de Obras Públicas do Estado, Milton Augusto Freitas de Meira, aluno do quarto ano de engenharia, Aurélio Augusto Freitas de Meira, que frequenta o terceiro ano de engenharia; Edison Augusto Freitas de Meira, aluno do segundo ano de engenharia; Marcio Augusto Freitas de Meira, que cursa o ciclo ginasial.

Clovis Olinto de Bastos Meira, casado com d. Jovina de Bastos Meira, e que tem os seguintes filhos: Helena Maria Meira Lobato, casada com o dr. Milton Lobato, major médico da Aeronautica e que tem os seguintes filhos Mylene Meira Lobato, Claudia Meira Lobato e Mônica Meira Lobato, todas menores. Gilberto de Bastos Meira, médico em curso de especialização de neuro-cirurgia em São Paulo, Maria da Graça Meira Abnader, funcionária do Banco da Amazônia S/A, casada com o sr. Carlos Augusto de Paula Abnader, advogado, e que tem um único filho: Clovis Augusto Meira Abnader, menor e Vera Lucia de Bastos Meira, quartoanista de direito.

Filhos de Silvio Augusto de Bastos Meira, casado com d. Maria José Martins Meira, já falecida, tendo os seguintes filhos : Maria Silvia Meira Macedo, casada com o dr. José Maria Macedo, engenheiro civil e funcionário do SESP, que por sua vez tiveram os seguintes filhos: Anésia, Beatriz, Carla e Silvio Augusto, todos menores; Aluisio Augusto Martins Meira, professor da

Faculdade de Direito e advogado, casado com d. June Meira, com quem tem dois filhos: Aluisia Ferreira Meira e Aline Ferreira Meira, menores: Celso Augusto Martins Meira, casado com Célia Maria Almeida Meira, de quem teve os seguintes filhos: Fábio Augusto Almeida Meira e Cintia Almeida Meira, Arnaldo Augusto Martins Meira, casado com d. Maria Lucia Malcher Meira, sem filhos, Heloisa Maria Martins Meira, bibliotecária e funcionária do Radam; Fernando Augusto Martins Meira e Henrique Augusto Martins Meira, menores.

Ruy Augusto de Bastos Meira, casado. com d. Celma Almeida de Meira, de quem tem uma única filha, Maria Angélica Almeida de Meira, menor.

Composto e impresso na
GRÁFICA FALANGOLA EDITÔRA LTDA.
Rua Osvaldo Cruz, 73
Belém - Pará

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM